

Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política

Lidiane Soares Rodrigues*

INFORMAÇÃO DO ARTIGO

RESUMO

Recebido: 08 de outubro, 2017.
Recebido em forma revisada: 28 de novembro, 2017. Aceito: 29 de novembro, 2017. Publicado on-line: 01 de dezembro, 2017.

O presente trabalho aborda a rivalidade de duas metrópoles brasileiras enquanto fator estruturante da emergência e do desenvolvimento de duas disciplinas científicas adversárias. Trata-se, de um lado, da Ciência Política, no Rio de Janeiro, e, de outro, da Sociologia, em São Paulo. A rivalidade entre as metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo) e a estrutura de oportunidades de suas elites dirigentes, em disputa por posições no arranjo federativo brasileiro, condicionaram a oposição entre os praticantes das duas disciplinas. O artigo opõe o modelo de dominação e aliança adotado pelos mentores das instituições científicas (oriundos das elites) na relação com praticantes das novas disciplinas (oriundos de camadas emergentes), em ambas as cidades e disciplinas. Este modelo é estruturante da oposição entre sociólogos e cientistas políticos que se ocupam da história das ciências sociais. Além disso, ao contrapor as modalidades de internacionalização dos cariocas à dos paulistas, por meio do exame vertical das trajetórias de Wanderley Guilherme dos Santos e de Florestan Fernandes, assinala duas maneiras de lidar com a “tradição” e com a “inovação” no pensamento brasileiro.

Palavras Chave: Pensamento Social Brasileiro, Ciências Sociais Brasileiras, Capitais culturais, internacionalização, instituições científicas.

Para citar este artigo: Soares Rodrigues, L. (2017). Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política. *Urbana*, 18, 71-95. Retrieved from <http://www.urbanuapp.org/>

* Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos/Brasil (UFSCar).

 lidianesrgues@gmail.com

Scientific and metropolitan rivalries: São Paulo and Rio de Janeiro, Sociology and Political Science

ARTICLE INFO

Received: September 29, 2017.
Received in revised form:
November 28, 2017. Accepted:
November 29, 2017. Published
online: December 01, 2017.

ABSTRACT

This article addresses the rivalry between two Brazilian metropolises as a structuring factor for the emergence and development of two adversary scientific disciplines. On one hand, Political Science in Rio de Janeiro; on the other hand, Sociology in São Paulo. The rivalry between the metropolises (Rio de Janeiro and São Paulo) and the structure of opportunities of their emergent elites, who were fighting for positions in the Brazilian federal arrangement, conditioned the opposition among the scholars of these two disciplines. This article contrasts the model of domination and alliances adopted by the mentors of scientific institutions (originating from the elites) in relation to the followers of the new disciplines (originating from the emerging social classes), in both cities and disciplines. This model structures the opposition between sociologists and political scientists who are dedicated to the history of social sciences. Moreover, by opposing the types of internationalization of citizens from Rio (*Cariocas*) and São Paulo (*Paulistas*) through the vertical evaluation of the trajectories of Wanderley Guilherme dos Santos and Florestan Fernandes, this study describes two ways of dealing with “tradition” and “innovation” within Brazilian social thought.

Keywords: Brazilian Social Thought, Brazilian Social Sciences, Cultural capitals, internationalization, scientific institutions.

To cite this article: Soares Rodrigues, L. (2017). Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política. *Urbana*, 18, 71-95. Retrieved from <http://www.urbanauapp.org/>

Introdução

O presente trabalho aborda a rivalidade de duas metrópoles brasileiras enquanto fator estruturante da emergência e do desenvolvimento de duas disciplinas científicas adversárias. Trata-se, de um lado, da Ciência Política, no Rio de Janeiro, e, de outro, da Sociologia, em São Paulo.

O Rio de Janeiro, capital política do país até 1961, foi sede da institucionalização da Ciência Política no Brasil, e pólo convergente dos postulantes à prática profissional desta disciplina, originários de outros estados, desde a constituição do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), em 1967. Fundamentalmente, o projeto do IUPERJ consistia em restabelecer o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), cujas atividades haviam sido encerradas, quando a ditadura militar foi estabelecida em 1964. A viabilização disso requeria recursos econômicos e habilidades de negociação política em cenário adverso. Estas dificuldades foram contornadas por Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida (1928), responsável pela chancela do generalato no poder executivo, por atrair o mecenato da Fundação Ford, e por tornar Wanderley Guilherme dos Santos (1935), o mentor intelectual da mesma (Canedo, 2009; Keinert, 2011; Forjaz, 1997). Ambos eram antigos isebianos e tinham sofrido perseguição política com o estabelecimento do regime militar (Santos, 2011).

Na década de 1950, a cidade de São Paulo era a “vanguarda da modernização brasileira” e seu dinamismo se manifestava na polifonia de projetos artísticos e científicos. Um deles era a FFCL-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), criada em 1934 (Arruda, 2001, p. 194). Os mentores econômicos e políticos desta instituição eram frações das elites paulistas derrotadas na “Revolução Constitucionalista de 1932”. Por meio dessa instituição, cujo objetivo era formar elites dirigentes diferenciadas de suas rivais de outras regiões, os paulistas respondiam à humilhação da referida derrota militar, à condição de alijamento do poder central e à centralização federal, conduzida por Getúlio Vargas, desde 1930. Eles empenharam seus recursos (capital econômico e social) na contratação de missões de professores estrangeiros, notadamente franceses, para inaugurar a FFCL-USP (Limongi, 2001; Cardoso, 1982). Nesta instituição, as tomadas de posição e a obra de Florestan Fernandes (1920-1995), institucionalizaram e profissionalizaram a Sociologia moderna, durante os quinze anos (1954-1969) em que ele trabalhou como catedrático-regente, até que fosse aposentado compulsoriamente pela ditadura militar.

A rivalidade entre as metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo) e a posição de suas elites dirigentes condicionaram a oposição entre os praticantes das duas disciplinas (Ciência Política e Sociologia). Mais especificamente, a oposição de um segmento de praticantes em cada uma delas, a saber: o que se dedica à “história das ciências sociais brasileiras”. De modo geral, sociólogos e cientistas políticos tendem a se opor em torno de argumentos societários ou institucionalistas na explicação dos fenômenos políticos (Limongi, 2016). Por outro lado, particularmente ocupados com a história das ciências sociais, tendem a se dividir entre os que adotam a abordagem paulista (identificando-se com Florestan Fernandes) e aqueles que adotam a carioca (identificando-se com Wanderley Guilherme dos Santos) (Maia, 2017; Jackson, 2017; Keinert, 2011).

O presente estudo tenciona reconstituir a gênese desta oposição e oferecer uma explicação dela. Este objetivo requer a articulação de três dimensões processuais, às quais dedica as sessões abaixo. Em primeiro lugar, trata dos respectivos padrões metropolitanos de intercâmbio com o mercado global dos bens científicos. Eles correspondem à posição de São Paulo e Rio de Janeiro no pacto federativo e aos papéis assumidos pelas elites dirigentes destas cidades, na divisão do trabalho de dominação

política nacional e na conformação de uma sociabilidade intelectual característica (Miceli, 2001, 1989; Carvalho, 1994). Em segundo lugar, apresenta a divergência que opôs Wanderley Guilherme dos Santos e Florestan Fernandes, os mentores intelectuais das disciplinas, duas figuras que encarnaram os princípios divisores acima mencionados. Finalmente, caracteriza e analisa o modelo de dominação e aliança adotado pelos mentores das instituições científicas (oriundos das elites) na relação com praticantes das novas disciplinas (oriundos de camadas emergentes). Este modelo é estruturante da mencionada oposição entre sociólogos e cientistas políticos que se ocupam da história das ciências sociais.

Internacionalização periférica em duas cidades centrais

A experiência cultural e a produção científica dos países que se tornaram independentes após os três séculos da colonização dos tempos modernos (XV-XVIII), e que não se tornaram grandes potências no século XX, como os Estados Unidos da América (EUA), estruturam-se em torno de uma relação assimétrica com as matrizes estrangeiras dos domínios simbólicos de que as elites ambicionam dotar seus países. No que tange às Ciências Sociais, não seria diferente (Gingras, 2002; Heilbron, 2002, 2008, 2014; Sapiro, 2013). Em âmbito global, as desigualdades econômicas e políticas estruturam tanto a ordem geopolítica quanto as trocas culturais e simbólicas. Entretanto, estas últimas assumem dinâmica específica, irreduzíveis à lógica econômica e política. O presente exame adota a orientação sugerida por Johan Heilbron, a respeito de uma história transnacional das ciências. Segundo ele, trata-se de analisar o funcionamento das instituições científicas internacionais e das redes transnacionais; os tipos de mobilidade dos universitários; as políticas de trocas conduzidas pelas instituições não universitárias, como as fundações filantrópicas (Heilbron, 2009).

No Brasil, nos anos 1930, as modernas ciências sociais tiveram como eixo estruturante a tensão entre o impulso cosmopolita e os constrangimentos da tradição nacional. Ela foi vivida de modo dramático pelos agentes de sua gênese, pois as práticas culturais e científicas brasileiras foram historicamente marcadas por sua posição periférica no mundo, desde a construção do Estado Nacional, no período posterior à independência política de sua metrópole portuguesa em 1822. Por este motivo, importa caracterizar as modalidades diferenciadas de “internacionalização periférica” dos cientistas brasileiros, de suas especializações disciplinares e de suas agendas de pesquisa. Os projetos institucionais que viabilizaram as ciências sociais brasileiras tiveram patrocínio político de elites dirigentes em afanosa disputa por posições de mando no Estado Nacional. É, portanto, o arranjo político dos estados, dentro do Estado Nacional, que explica as diversas modalidades de internacionalização das elites regionais. Sem um ligeiro recuo histórico, a inteligibilidade desses nexos não é possível.

Em 1930, conduzido por um golpe militar, Getúlio Vargas assume a Presidência da República (trata-se da “Revolução de 1930”). A ascensão de Vargas reconfigurou o pacto federativo brasileiro. Esta reconfiguração implica mudança de peso das elites regionais na composição do governo central, e, portanto, novo padrão de disputa entre elas na conquista de posições de mando no interior dele. São Paulo perdeu, a partir da ascensão de Vargas, a centralidade que tinha neste pacto. E a isso reagiu militarmente, ameaçando separar-se da federação. Trata-se da conhecida “Revolução Constitucionalista de 1932”, da qual os paulistas saem militarmente derrotados. A partir daí, passam à disputa por autoridade cultural e pela condução da nação por meio da constituição de modernas instituições de ensino superior, com o objetivo de formar as elites dirigentes. Eis a origem do projeto e fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Entre os anos de 1937 e 1945, o governo de Getúlio Vargas

caracteriza-se como ditatorial, com a supressão da Constituição e a repressão dos inimigos políticos (deixando o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade). Ao fim da Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil tomou parte junto aos aliados em 1942, Vargas é destituído da presidência, pelo Alto Comando do Exército, que garante a entrega do poder executivo ao presidente eleito, general Enrico Gaspar Dutra. O período entre 1945 e 1964 é denominado de “República Democrática”, em função de relativa estabilidade do sistema partidário e da regularidade das eleições. Em 1964, os militares dão novo golpe político, reagindo às medidas populares e socializantes dos governos anteriores. Os militares assumem o poder executivo, permanecendo nele até 1985, quando o civil, José Sarney, eleito por vias indiretas, assume a Presidência da República. Esta exposição contempla dois momentos conhecidos como “redemocratização” – o fim da ditadura Vargas (1946) e o fim da ditadura militar (1985); ambos caracterizados pela elaboração de novas Cartas Constitucionais (a Constituição Brasileira de 1946 – invalidada pela ditadura militar; e a atual Constituição Brasileira, de 1988 – elaborada depois dela). As duas ditaduras (a de Vargas e a dos militares) caracterizaram-se por intensos investimentos nos setores de ciência e tecnologia, por uma modernização econômica acelerada, voltada a setores industriais, e combinando capitais nacionais, estatais e estrangeiros – variando, contudo, a proporção deles e o nível de controle e subordinação deste último aos dois primeiros.

Considerando-se a dinâmica interna da evolução das modernas Ciências Sociais no Brasil, duas fases são discerníveis e estão entrelaçadas à história política acima recuperada. A primeira foi caracterizada pelo estabelecimento de instituições universitárias e pelo início de práticas modernas de pesquisa, entre as décadas de 1930 e 1970 (Jackson, 2017). Nela, ocorreram três tipos de intercâmbio principais: a *importação* de *professores franceses*; a recepção de *pesquisadores americanos* e a realização da pesquisa sobre relações raciais encomendada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A experiência mais bem sucedida deste período – em termos de luta pelo estabelecimento de condições de trabalho e conquista por autonomia científica em relação aos poderes religiosos e políticos – ocorreu em São Paulo, no setor de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), sob a liderança de Florestan Fernandes (1920-1995), especialmente entre os anos 1954 e 1964. A criação da FFCL-USP, em 1934, foi idealizada pelos paulistas como alternativa compensatória à derrota militar, sofrida dois anos antes, ao desafiarem o governo do presidente Getúlio Vargas, que os eliminou do pacto federativo, tão logo assumiu o poder executivo em 1930.

A segunda fase de desenvolvimento das ciências sociais brasileiras situa-se nas décadas de 1970-1990. Ela se caracterizou pelo desenvolvimento da Ciência Política e da Antropologia, incipientes no período anterior. Sobretudo a primeira disputou temas e análises com Sociologia – mais consolidada e contando com mais praticantes e interessados leigos. Apesar da expansão institucional, o sudeste manteve-se largamente dominante, em função dos recursos econômicos que concentrava, de modo que a integração nacional evoluiu mantendo drásticas assimetrias regionais. Do ponto de vista das relações com o espaço global, diferentemente da etapa anterior, os dois vetores das trocas se desenvolveram –tanto importação quanto exportação. E a predominância de um país estrangeiro, os Estados Unidos da América (EUA), em detrimento dos demais se consolidou (Garcia, 2012).

Estas duas fases apresentam modos distintos de se relacionar com a cultura científica global.

Na primeira fase, a importação de professores franceses, ou as célebres “Missões Universitárias Francesas”, resultaram da contratação de professores franceses, por frações elites políticas dos estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, para iniciarem as atividades de ensino e pesquisa nas universidades que estavam criando (Martinière, 2005; Suppo, 1999; Petitjean, 1996; Lefebvre, 1990). As missões se compunham de filósofos, antropólogos, historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas – apresentando muita variação disciplinar em cada estado da união. Enquanto o financiamento da vinda dos franceses ficava por conta dos brasileiros; as visitas dos americanos eram pagas por convênios de seus próprios organismos e universidades. Três tipos de pesquisadores podem ser identificados: os itinerantes (como Herskovits e os pesquisadores do projeto Bahia-Columbia; além dos antropólogos oriundos das universidades de Columbia, de Harvard, e do Smithsonian Institute); os sedentários (como Donald Pierson, que trabalhou na Escola Livre de Sociologia e Política, uma concorrente paulista da FFCL-USP) e os sazonais (como Charles Wagley) (Peixoto, 2001). Já a realização da pesquisa encomendada pela UNESCO entrelaçou os influxos americanos e franceses nas ciências sociais brasileiras (Maio, 1999). A agenda da UNESCO estava interessada no estudo de situações de “tolerância racial”. Tratava-se, no final da Segunda Guerra Mundial, de encontrar uma experiência contrastante tanto à vivida na Alemanha nazista, quanto à de intolerância com os negros nos EUA. Visto como um “paraíso racial”, o Brasil afigurou-se, hipoteticamente, como a situação quase laboratorial para a investigação de padrões de tolerância e convivência interracial. O antropólogo Alfred Métraux foi assistido, na qualidade de diretor do Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO pelo brasileiro Ruy Coelho – ex-aluno de Roger Bastide, membro da segunda missão francesa de fundação da FFCL-USP e de Melville Herskovits na Universidade de Northwestern. Ambos elaboraram o projeto a respeito das relações raciais no Brasil, que foi dirigido a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesta cidade, Roger Bastide e Florestan Fernandes coordenaram as atividades da pesquisa. A mencionada equipe de sociólogos de Florestan Fernandes foi gestada e formada nesta experiência e o tema da integração do negro determinou os rumos das pesquisas posteriores da equipe.

Na segunda fase, o caso particular da área de ciência política apresenta interesse redobrado pois à posição dominada, estruturante do espaço nacional das práticas simbólicas, sobrepõe-se o quadro político global da Guerra Fria. A gênese desta disciplina remonta aos vínculos estabelecidos entre os Estados Unidos da América, a América Latina e o Brasil, por meio dos agenciadores dos intercâmbios acadêmicos que viabilizaram a institucionalização dela durante os anos 1970 do século passado (Holmes, 2013; Iber, 2015; Gremion, 1998). Os protagonistas da ciência política brasileira, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, foram: a) o mecenato estrangeiro – sobretudo, a Fundação Ford, representada pela figura carismática de Peter Bell, que dotou alunos com bolsas de doutorado e centros de pesquisa com insumos financeiros; b) as elites regionais, que negociaram a permissão política para os empreendimentos institucionais, posto que o país era governado por uma ditadura militar; c) os artífices intelectuais da nova disciplina acadêmica, antigos militantes das esquerdas radicais (Canedo, 2009; Forjaz, 1997; Keinert, 2011).

Sublinhe-se que na segunda fase da prática institucionalizada das ciências sociais, que tange à presença estrangeira, transformou-se o papel desempenhado pelos estrangeiros. O declínio dos franceses e do predomínio dos americanos foi acompanhado da mudança no padrão de trocas. Ao invés da importação de professores, os brasileiros passam a receber insumos econômicos e a exportar seus alunos.

As duas fases são indissociáveis da importação seletiva de recursos oriundos dos países dominantes no espaço global do intercâmbio científico e discerníveis também pelas modalidades de internacionalização dominantes em cada uma delas. Estas modalidades são inteligíveis por meio de uma dupla caracterização. Por um lado, da dinâmica das demandas internas de estruturação do segmento do campo científico de que se trata – as Ciências Sociais – que opera como princípio seletivo das importações culturais. Por outro, do leque de escolhas ao qual esta seleção se aplica: a estrutura externa da oferta pertinente – recursos *institucionais* como modelos de organização, financiamento, avaliação do trabalho científico; recursos *humanos*, como embaixadores culturais, professores, pesquisadores; e recursos *intelectuais* como doutrinas, obras, conceitos, autores – oriunda dos países dominantes aos quais prioritariamente os países dominados se voltam no período considerado – a saber, França, Inglaterra e Estados Unidos da América (Dezalay, Garth 2002; Wagner, Réau 2015; Charle, Schriewer, Wagner 2004). Nem sempre evidente para as elites dirigentes destes países – cujo consumo condiciona-se à afanosa disputa pela manutenção e valorização de suas posições e, portanto, à lógica nacional – este leque de escolhas resulta da competição por influência nos territórios para os quais os países mais poderosos exportam produtos (materiais e simbólicos), e, portanto, à dinâmica das assimetrias globais entre os dominantes (Lebaron, 2016; Garcia, Attencourt 2015).

Em ambas as etapas, observa-se um desenvolvimento acentuadamente desequilibrado entre as cinco regiões do território e entre as três disciplinas que compõem as ciências sociais no Brasil (sociologia, ciência política e antropologia). Os desequilíbrios regionais se explicam pela forte concentração de recursos econômicos no sudeste e pelo desfecho de disputas travadas entre elites regionais, por posição hegemônica no difícil pacto federativo e pela condução de aparelhos de Estado. Já os disciplinares, não se subsumem ao campo político, mas não se desvencilham dele.

Considerando-se apenas a região mais competitiva e dinâmica do espaço nacional, observa-se a emergência, em meados dos anos 1950, de uma oposição estruturante entre São Paulo, capital econômica; e o Rio de Janeiro, capital política do país (até 1961). Os sociólogos paulistas tomavam posições favoráveis à autonomia científica e ensaiavam o estabelecimento de práticas correlatas a ela (juízo dos próprios pares, padronização de critérios de apreciação e depreciação, etc.). No Rio de Janeiro, a proximidade com os aparelhos de Estado inclinava os principais cientistas sociais, ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ao engajamento e à prática de ciência aplicada, como subsídio à assessoria dos poderes públicos. Esta oposição – entre paulistas e cariocas – liga-se de modo complexo aos projetos das elites mentoras das instituições. A criação do ISEB, em 1955, não ocorreu contra o Estado. Ao contrário. Ele era um organismo associado a ele, isto é, ao MEC (Ministério da Educação e da Cultura). Já a FFCL-USP é originalmente anti-federal, contra Vargas e contra a centralização política que tornou diminuta a posição de São Paulo. No Rio de Janeiro, a “condição de centro administrativo não só era insuficiente para respaldar iniciativas autônomas, quanto principalmente, impedia que elas se manifestassem à margem do Estado”. Em que se pese a presença estrangeira como estímulo (a CLACSO – Centro Latino-Americano de Ciências Sociais; o escritório da Fundação Ford, desde 1962; para mencionar os mais ilustres); a “contigüidade com o poder público (...) facilitava a construção das instituições, promovendo-as”; mas, por outro lado, “obstava a sua liberdade de ação” (Arruda, 2001, p. 208; Oliveira, 1995).

Com ou contra o passado: dois modos historiográficos de tratar a tradição

Nesta seção, trata-se das duas versões opostas a respeito da história das ciências sociais brasileiras. Uma foi elaborada pelo cientista político carioca Wanderley Guilherme dos Santos, e a outra, pelo sociólogo Florestan Fernandes. A oposição do primeiro ao segundo foi assumida explicitamente. A história das ciências sociais brasileiras elaborada por Wanderley Guilherme dos Santos discute preliminarmente, “os critérios de seleção e análise utilizados na pesquisa e investigação da formação e desenvolvimento das disciplinas sociais no Brasil” (Santos, 1978a, p. 25). Ele elenca e critica os balanços bibliográficos que antecederam os seus. Dentre eles, o balanço de Florestan Fernandes é reprovado por três motivos: a periodização, o estabelecimento das particularidades brasileiras em relação a outras experiências nacionais, e o argumento sociológico (ver abaixo, “Contra”, trechos III, IV, V). Segundo a avaliação de Wanderley Guilherme dos Santos, Florestan Fernandes adota uma “premissa historiográfica insustentável”, orientada pela “evolução linear do pensamento de etapa pré-científica para a etapa científica”, e, por isso, sustenta “uma visão estereotipada do passado cultural brasileiro” (Santos 1967, p. 182).

Elaborada em oposição à perspectiva errônea que reputa a Florestan Fernandes, a história de Wanderley Guilherme dos Santos inverte-a. O autor ressalta continuidades entre os pensadores sociais e políticos do século XIX e XX e é generoso com o nível das elaborações (valem as boas e/ou as ruins, interessam os que pensaram os dramas políticos de seu tempo). Elimina o fator “institucionalização” das atividades intelectuais como divisor da periodização; e também o fator “social” da explicação das ideias e dos ideais dos pensadores. Empenha-se em afirmar que todos os países se forjam no intercâmbio com outras culturas. Assim, durante o período colonial, a metrópole portuguesa intermediava as trocas intelectuais com outros países; a partir da Independência, o Estado Nacional passa a ser o intermediário e o pensamento brasileiro tende a se “nacionalizar”. Seu esforço historiográfico possui sentido apoiando-se na recuperação da tradição (ver abaixo, trecho I e II).

Os textos de Florestan Fernandes, criticados por Wanderley Guilherme dos Santos, são: “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil” e “Desenvolvimento histórico social da Sociologia no Brasil” (redigidos em 1956). Diferentemente de Wanderley Guilherme dos Santos, Florestan Fernandes não constroi sua narrativa em oposição às anteriores. O mote historiográfico consiste na premissa de que o saber científico não se desenvolve aleatoriamente, sob quaisquer circunstâncias, porém sob determinadas condições e demandas sociais. Assim, algumas sociedades encorajam o saber científico e outras o bloqueiam. É em busca das condições que propiciam e bloqueiam a ciência que Florestan Fernandes observa o passado colonial e nacional. Sem que “o acesso aos papéis de produção intelectual” se torne “aberto”, “deixando de ser prerrogativa de determinadas castas, estamentos ou círculos sociais”, a vida do espírito origina ensaios diletantes e mantém-se sob rédeas personalistas incongruentes com o universalismo e a impessoalidade racional da ciência (Fernandes 1977, p. 15). Por isso, ele segmenta a história das ciências sociais em fases de ausência e presença de formalização e regramento de suas práticas, tratando as instituições como pré-requisito da produção e da competição propriamente científica. Seria impossível haver ciência social no período colonial (dominada pelo clero católico atrelado à tutela do estado metropolitano). As transformações morfológicas que antecedem as demandas por instituições científicas encerram processos lentos de secularização. O sociólogo paulista as situa no século XIX, com a formação do Estado Nacional e a segmentação interna às elites, na origem de “reações não uniformes” às pressões conservadoras das camadas dominantes” (Fernandes 1977b, p. 33). E, no entanto, a institucionalização das ciências

sociais não é considerada suficiente para o desenvolvimento delas, posto que a escassez de recursos materiais e humanos tem impedido seus avanços. (Ver abaixo, trecho VI).

A quais demandas objetivas imediatas as duas narrativas apresentadas acima atendiam?

“Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” foi *encomendado* por Cândido Mendes e escrito em fevereiro de 1975. Tratava-se de responder à solicitação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), que preparava uma de suas típicas publicações sobre Ciências Sociais (incluindo Brasil, URSS, Holanda, Austrália, Tunísia, Tanzânia e Camarões). Com efeito, a UNESCO é uma força promotora do espaço global das ciências sociais nos anos 1970 (Bustamante 2014).

Os textos de Florestan Fernandes, criticados por Wanderley Guilherme dos Santos e produzidos duas décadas antes, têm outra motivação imediata. Porém, como os dele, prestam-se ao trabalho de construção disciplinar e negociação com os patronos políticos e econômicos dela. A respeito deles, sabe-se apenas que “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil” é “parte de estudo mais amplo” cujo objeto é “a constituição de um sistema institucional de pesquisa científica no campo da etnologia e da sociologia”; e que “Desenvolvimento histórico social da Sociologia no Brasil” foi preparado para a revista alemã *Sociologus* (Fernandes 1977b, p. 25). E, no entanto, eles foram concebidos em concomitância com outros textos cujos objetivos idênticos têm uma direção inequívoca: o governo do estado de São Paulo e o governo federal (o quadro abaixo, “Providências de um jovem regente na periferia da malha social”, apresenta-os, indicando estes destinatários nacionais).

O sociólogo negociou com o governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, cada contratação docente para a cadeira de Sociologia I. Vale lembrar que, de um lado, este governador era originário do curso de Direito do Largo São Francisco, estabelecimento de ensino assumidamente hostil à FFCL-USP. Em contrapartida, desde que assumiu a cátedra, em 1954, Florestan Fernandes foi presidente e relator de sucessivas comissões de estudos no interior da FFCL-USP, responsáveis pela elaboração de relatórios que justificavam a demanda por pessoal e recursos econômicos. Com o mesmo propósito, dirigiu-se ao governo federal, particularmente a Anísio Teixeira, então secretário-geral da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Esta conduta o singularizou no conjunto dos catedráticos, pois ele era singularmente destituído de recursos dos quais os demais dispunham. Enquanto outros digladiavam-se na imprensa, desafiando o governador (João Cruz Costa; Eurípedes Simões de Paula e Mario Schenberg), Florestan Fernandes produzia artigos valorizando o trabalho realizado na FFCL-USP e relatórios sobre as dificuldades de trabalho na instituição (Rodrigues 2011, 202). Eis a origem e a motivação dos artigos escritos concomitantemente àqueles criticados por Wanderley Guilherme dos Santos, duas décadas depois.

Em suma, “Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” resulta de um serviço prestado por Wanderley Guilherme dos Santos a Cândido Mendes, interessado em garantir o lugar das ciências sociais brasileiras entre as outras nacionalidades reunidas pela UNESCO. Florestan Fernandes desdobrava-se, por si próprio, dirigindo-se aos poderes políticos. Portanto, o alvo global, o âmbito nacional e a oposição regional a São Paulo, conformam o espaço discursivo do cientista político carioca “contra Florestan Fernandes, com a tradição brasileira”. Em contrapartida, Florestan Fernandes se opõe preferencialmente à penúria de recursos que ameaça a sobrevivência da cátedra que acabava de assumir; e, por isso, seus destinatários são os poderes temporais capazes de dotá-lo de recursos (Bourdieu 1984, p. 144). As “histórias

das ciências sociais brasileiras” são indissociáveis das motivações imediatas apresentadas acima. Não se encerram nelas, contudo: a inteligibilidade desta oposição supõe recuo e avanço no tempo.

Elas tiveram desdobramentos de média duração, ainda hoje atuantes. As nuances entre a letra do texto de Florestan Fernandes e a apresentação que dele fez Wanderley Guilherme dos Santos não chamaram atenção dos sucessivos leitores de ambos¹. Seria necessária outra pesquisa para tratar do artifício que transformou o argumento sociológico de Florestan Fernandes (a respeito da emergência de uma ordem social não estamental, moderna, competitiva e com impulsos racionalistas, igualitários) em “interesse de classe”, tal como apresentado por Wanderley Guilherme dos Santos (ver nos trechos I e V). Este não é, contudo, o interesse deste estudo. Estas nuances foram ignoradas, em proveito dos princípios de apreciação que Wanderley Guilherme dos Santos impôs aos textos de Florestan Fernandes. E os defensores tanto de um quanto de outro evidenciam a força desse enquadramento, pois o adotam como orientação para próprias investigações. De um lado, encontram-se os contextualistas, seguidores da perspectiva institucional de Florestan Fernandes e que se ocupam de fatores externos aos textos dos intelectuais que estudam. De outro, os seguidores da perspectiva de Santos, que recusam o peso do contexto, das instituições e dos interesses e que afirmam ocuparem-se apenas dos textos dos intelectuais (Keinert 2011, 102).

Portanto, dentre os argumentos dos dois autores em oposição, aquele que teve mais efeitos na organização do espaço das práticas, tornando-se efetivo princípio de divisão dos agentes, foi de Wanderley Guilherme dos Santos. Ele reservou à história das ciências sociais escrita por cariocas a valorização da tradição, em detrimento das instituições; e destinou à escrita por paulistas a valorização das instituições em detrimento da tradição (Jackson, 2017)². Não é o objetivo deste artigo indagar por que e como os adeptos de um e de outro lado retiveram esta dimensão em detrimento de outras oposições entre Wanderley Guilherme dos Santos e Florestan Fernandes. De modo mais circunscrito, a última sessão ocupa-se apenas da sociogênese da oposição, recuando no tempo.

“Com a tradição”.

Trecho I

(...) esquecido o critério institucional-legal e também o formalismo estreito que consiste em desprezar as investigações sociais que foram produzidas de maneira pouco sofisticada, (a evolução das ciências sociais no Brasil), pode ser ordenada de acordo com a evidência empírica mais simples, em função do conteúdo manifesto dos trabalhos publicados. Não é difícil, exercitando este tipo de ordenação revelar a coincidência entre o conteúdo de questões discutidas e a agenda de problemas sociais e politicamente importantes.”- início, XVIII (interessante que no limite coincide com a literatura brasileira, para A Cândido, p. 35). Vai para o tema da organização social e do Estado - justamente os mesmos que mobilizam os cientistas políticos naquele momento. (Santos, 1978a, 35)

¹ Estas observações baseiam-se na discussão de Michael Baxandall (2006, 31-43) a respeito da descrição de obras de arte; assim como no exame das leituras de Lévi-Strauss, realizado por Lygia Sigaud (2007).

² Não foi a única e nem a primeira vez que Florestan Fernandes era eleito como alvo privilegiado da crítica de um cientista social do Rio de Janeiro. Em meados dos 1950, contrapondo-se ao universalismo científico defendido pelo paulista; o sociólogo baiano, Guerreiro Ramos, trabalhando no Rio de Janeiro, no ISEB, defendia uma sociologia nacional a serviço da solução imediata dos problemas do país (Oliveira, 1995).

Trecho II

Entre 1930 e 1939 produzem-se no Brasil as mais argutas análises sobre o processo político nacional, elaboram-se as principais hipóteses sobre a formação e funcionamento do sistema social, e articula-se o conjunto de questões que, em verdade, permanecerão até hoje como o núcleo fundamental embora não exaustivo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente. (...) A quantidade e qualidade da análise empreendidas no período recomenda modéstia em qualquer tentativa de síntese. Sempre fiará de fora algo de significativo que não se deixa aprisionar pelos esquemas classificatórios, mesmo quando se procura simplesmente relacionar os temas presentes explicitamente nas obras. É viável contudo relacionar um conjunto básico de volumes que exprimem as diversas orientações presentes naquele período, e nos quais certamente se encontram discriminadas as interrogações principais da época. São conservadores (...) são autoritários, são integralistas, são católicos, indecisos, revolucionários, inquietos. Sem preocupação sistemática, embora muitas vezes revelando surpreendente familiaridade com a produção internacional pertinente, despreocupados quanto aos cânones acadêmicos, fixaram entretanto solidamente o repertório de problemas que, sob roupagens linguísticas as mais variadas se vem transmitindo de geração em geração, até hoje. (Santos, 1978a, p. 40)

“Contra Florestan Fernandes”**Trecho III**

(para Florestan Fernandes) a oficialização dos estudos sociais no Brasil, sob a forma de sua organização burocrática universitária, coincide com a difusão de técnicas modernas de investigação social – os estudos de campo por amostragem, o questionário, a entrevista – e assinalam a passagem no tempo do período pré-científico para o período científico da investigação social no Brasil. (...) é basicamente à institucionalização das atividades científico sociais que se atribui o caráter de divisor de águas entre o período pré-científico e o período científico da produção intelectual brasileira. Embora rudimentar, tal periodização tornou-se de certo modo clássica. (Santos, 1978a, p. 26)

Trecho IV

As Ciências Sociais no Brasil surgiram e se têm desenvolvido sob a influência conjugada de dois processos: o da forma de absorção e difusão interna dos avanços metodológicos e substantivos gerados em centros culturais no exterior e o dos estímulos produzidos pelo desenrolar da história econômica, social e política do país. É possível considerar a evolução das Ciências Sociais em qualquer país como subordinada ao mesmo conjunto de influências e determinações e, por isto, indispensável esclarecer que a ênfase deve ser colocada sobretudo na forma de absorções e difusão da produção estrangeira e no tipo de interação exigente entre os eventos sociais e a reflexão científica. A reflexão sobre os processos sociais é, em qualquer cultura, fruto da relação simultânea que a sociedade entretém com seu passado e presente e com o presente de outras comunidades. O que pode torná-la peculiar é a qualidade e repercussão do conteúdo e da forma que resultam do processamento dos diversos aspectos em que aquela relação se estabelece e progride. Também no Brasil, portanto, a reflexão sobre processos sociais apenas revela uma dimensão do complexo processo, através do qual um país e sua cultura vai adquirindo individualidade nacional ao mesmo tempo em que se integram na história universal. (Santos, 1978a, p. 17)

Trecho V

Os dois textos de Florestan Fernandes assinalam o ponto máximo a que atingiu a matriz sociológica na análise do pensamento social brasileiro. Com frequência o que se encontra são tentativas ‘manquês’ de sociologia do conhecimento, onde a simples enunciação e descrição de atributos dos processos sociais seriam evidências suficientes para demonstrar a relação de dependência funcional entre o conteúdo do que se pensa e o desdobrar empírico da história social. Toma-se por premissa exatamente o que incumbe demonstrar, isto é, que os processos sociais são de racionalidade cristalina (...) é sintomático que em nenhuma análise que simplesmente se tenha equivocado inteiramente quanto a seus interesses de classe, diante das virtualidades do processo objetivo. No máximo obtém-se a indicação de que este ou aquele autor falhou no seu prognóstico porque não percebeu que a defesa ou implementação dos interesses de sua classe era de todo inviável, ou pelo menos difícil nos termos pretendidos pelo autor, tendo em vista as condições objetivas do processo histórico que faziam com que as demais classes, também conscientes e ciosas de seus próprios interesses, se organizassem para defendê-los. Jamais entretanto admite-se que o autor se tenha equivocado quanto ao diagnóstico que faz da situação social e que, conseqüentemente, a forma de explicar mais simplesmente seu pensamento seria a de que, de acordo com o critério de interesse de classe, ele simplesmente estava errado. A *posteriori* todos os pensamentos podem ser remetidos à estrutura social de uma ou de outra maneira, bastando mero exercício de imaginar as mediações necessárias, quer de natureza sociológica, quer de natureza psicológica, se o objetivo é referir a reflexão social a esta ou aquela condição objetiva da sociedade - assumindo-se que estamos bastante certos do que significa “condição objetiva da sociedade”. (...)” (Santos, 1978a 29)

“Os pressupostos da ciência para Florestan Fernandes”.

Trecho VI

É preciso notar que a referência a autores [Tavares Bastos, Perdigão Malheiros e Joaquim Nabuco etc] e à sua produção intelectual não é feita com a intenção de analisar as suas contribuições, mas apenas de estabelecer um ponto de referência explícito para a compreensão das ligações da transformação da sociedade brasileira com o processo de desenvolvimento da sociologia. (Fernandes, 1977b, p. 33)

Trecho VII

O saber racional floresce em sociedades estruturalmente diferenciadas e estratificadas, nas quais a divisão do trabalho e a especialização dos papéis de produção intelectual (...) se associam a concepções secularizadas da existência, da natureza humana e do funcionamento das instituições. O acesso aos papéis de produção intelectual se torna aberto, deixando de ser prerrogativa de determinadas castas, estamentos ou círculos sociais. Estilos divergentes de pensamento passam a disputar-se o reconhecimento público de sua legitimidade ou validade – o saber racional assume naturalmente a forma de saber positivo ou científico.” (Fernandes, 1977a, p. 15)

Providências de um jovem regente na periferia da malha social		
Autoria /Data	Documento	1ª publicação
Florestan Fernandes, 1955.	“Sugestões para o desenvolvimento das ciências humanas”. Destinatário: Anísio Teixeira.	
Florestan Fernandes, 1956.	“Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo”. Destinatário: Jânio Quadros.	
Florestan Fernandes, 1956.	“Ciência e Sociedade na evolução social do Brasil”.	<i>Revista Brasiliense</i> , n. 6.
Florestan Fernandes, 1956.	“Desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil”.	<i>Sociologus</i> (Versão reduzida), n. 2, 1956; completa, Anhembi, n. 75 e 76, fevereiro de 1957.
Florestan Fernandes, 1957.	“As Ciências Sociais em São Paulo”.	<i>Jornal do Comércio</i> , RJ, 10/11/1957; <i>Jornal do Ceupes</i> , n. 1, 1959.
Florestan Fernandes, 1958.	“O padrão do trabalho científico dos sociólogos brasileiros”.	<i>Revista Brasileira de Estudos Políticos</i> BH, n. 3, 1958.
Florestan Fernandes (presidente e redator), 1959. Comissão (de 11/1958), da Congregação da FFCL-USP	“Relatório sobre as necessidades urgentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. Destinatário: governo do estado de São Paulo	Seção Gráfica da FFCL da USP. São Paulo: 1959.
Florestan Fernandes (redator). Comissão (de 08/1959), da Congregação da FFCL-USP	“FFCL da USP: lições pedagógicas de uma crise de crescimento”.	

Extraído e adaptado de Rodrigues, 2011, p. 252.

O enraizamento e o desterro: as disposições de duas posições

A minha mãenão lia, trabalhava, não é? Eu não sei como apareceu (o gosto por leitura) (...) eu tinha que pegar carona no bonde; tinha que entrar no cinema sem pagar; tinha que roubar maçã da Confeitaria Tijuca; tinha que ser homem, não é? Era a concepção prevalecente em Vila Isabel nos anos finais dos anos 1940 e início dos anos 1950. Então, se eu dissesse que lia qualquer coisa, era uma coisa meio esquisita. Então, em casa eu era o leitor ávido, passava o tempo lendo, lia o tempo todo; na rua eu era o bagunceiro, nãoé? (Santos, 2001, p. 4-5)

(Eu não possuía) o instrumental requerido para ser um professor honesto de filosofia grega (...) fui abandonando cada vez mais a perspectiva e, ao mesmo tempo, eu me envolvia e gostando cada vez mais de pensar; cada vez mais pensava epistemologicamente sobre problemas econômicos, políticos e sociais. Então, eu fui juntando pedaços da filosofia que me interessava, buscando ter uma abordagem não dogmática, não escolar, no sentido de escolas ou doutrinas. Quando eu leio os sociólogos, eu leio como filósofo; ou, quando leio um cientista político, eu leio como epistemólogo – eu leio como filósofo. Eu não leio no sentido político. Eu vejo onde eles estão vulneráveis do ponto de vista do que eles propõem como proposição; do que eles apresentam como evidência e como aquilo é frágil logicamente. Eu leio como filósofo. Essa foi uma das vantagens (...) quando eu fui fazer o doutorado no exterior, porque tinha essa educação. (Santos, 2011, p. 28)

Wanderley Guilherme dos Santos nasceu em 1935, no Rio de Janeiro e cresceu em Vila Isabel, bairro modesto habitado por classes médias baixas. Ele estudou em escola privada e seu gosto pela leitura e pela vida intelectual se forjaram numa ambígua relação com a cultura masculina das ruas de seu bairro e dos colegas da escola. Durante o ensino secundário, precisou trabalhar; ao concluí-lo, teve suas primeiras experiências políticas, no movimento estudantil, liderando a gestão do diretório acadêmico. Ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (desde 1958, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ) e concluiu o bacharelado em Filosofia em 1958. Seu desempenho intelectual chamou a atenção de seus professores e ele foi convidado por Álvaro Vieira Pinto para ser seu assistente. Ele engajou-se politicamente à esquerda, por um breve período e de modo intenso. Sua vida profissional foi impactada por isso. Entre 1958 e 1963, ele militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB); rompeu com ele e aderiu ao Movimento Revolucionário Tiradentes, aproximando-se do movimento das Ligas Camponesas. Tomado pelo clima da época participou de alguns dos muitos movimentos de jovens universitários em caravanas de alfabetização de adultos (Ridenti, 2014). Tornou-se célebre pelo folheto “Quem dará o golpe no Brasil”, publicado em 1962.

O acúmulo de visibilidade e sucesso rendeu-lhe aliados e adversários. Em função de conflitos com Eremildo Luiz Vianna foi impedido de ser assistente de Vieira Pinto (e como alternativa, ingressou, sem remuneração, nos quadros do ISEB); foi demitido de seu trabalho no SESC por ter assinado uma carta de apoio à revolução cubana. Quanto às ambições intelectuais, elas se orientavam para a Filosofia. Contudo, não dominar os idiomas valorizados nesta área (notadamente, línguas antigas mortas como latim e grego, além de alemão) o impediram de prosseguir na direção idealizada

inicialmente. Ao calibrar suas competências intelectuais com a área a que se dedicaria, vislumbrou o estudo filosófico de autores brasileiros – daí seu interesse pelo estudo da história das ideias e de autores brasileiros. Já casado e pai, trabalhou na imprensa, no jornal *Correio da Manhã*, até que fosse atingido pela perseguição político policial do regime militar em 1966. Por intermédio do economista Gilberto Paim – antigo isebiano – o vínculo com Cândido Mendes, fundador do setor de História do ISEB, foi retomado por ele.

Herdeiro de uma linhagem familiar distinta, Cândido Mendes tinha trânsito na cúpula militar, na elite do clero católico. Ele circulava habilmente entre os aparelhos de Estado brasileiro, desde o período anterior à ditadura militar (Keinert, 2011, p. 70). Bacharel em Direito e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), nos anos 1960, administrou as empresas educacionais de sua família; foi docente, mentor político e/ou investidor econômico das principais escolas de quadros para o governo federal, com sede na capital do país, e chefe da assessoria técnica do presidente Jânio Quadros (1961)³. Desde o encerramento das atividades do ISEB, Cândido Mendes pretendia fazê-lo reviver e ele foi hábil na condução deste objetivo. Em reação à perseguição policial, a partir de 1964, ele trabalhou com os católicos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na defesa de presos políticos; realizou viagens ao exterior, estabelecendo vínculos com organismos internacionais, e privilegiando o sistema acadêmico norte-americano. Enquanto visitante em Harvard, Princeton, Stanford e Columbia agenciou recursos humanos e econômicos na origem do IUPERJ (1969). Em 1969, ele se tornou subsecretário da Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros (CBBB); em 1973, membro do Conselho Executivo da Federação Internacional de Universidades Católicas.

Concomitantemente, assumiu o papel de mediador de numerosas relações entre jovens pretendentes a cientistas políticos e os nomes de peso desta área nos EUA. Em parceria com Júlio Barbosa, antigo isebiano, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, instituição igualmente beneficiária da Fundação Ford, ele organizou Seminário Internacional de Desenvolvimento Político (1966). Neste seminário, numerosas parcerias de trabalho entre doutorandos brasileiros e professores americanos foram estabelecidas (Reis, 2016). Destacou-se como introdutor de Samuel Huntington e de suas ideias a respeito da “descompressão política” entre os generais à frente do poder executivo (Lemos 2014)⁴. Estas posições de mando e gerenciamento do espaço dos cientistas sociais foram reforçadas por meio de intensa circulação nos organismos internacionais. Em 1974, assumiu a presidência do Comitê de Programas do International Social Science Council (ISSC), entidade representativa das organizações não-governamentais de ciências sociais reconhecidas pela UNESCO; de 1974 a 1976, foi secretário do Grupo de Estudos Políticos da CLACSO; por dois mandatos, foi vice-presidente da IPSA (International Political Science Association), da qual se tornou presidente em 1982 (Abreu, 2010).

³ Guardadas as devidas diferenças, PUC-RJ, ISEB, e EBAP-FGV/RJ (Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro) formam um sistema similar ao das grandes escolas no cenário brasileiro (Bourdieu, 1989), sobretudo no que tange à área de Economia (Loureiro, 1997).

⁴ Samuel Huntington esteve no Brasil em 1965, 1966, 1968, 1969, 1972 e 1974. As cinco primeiras viagens são agenciadas por Cândido Mendes (mentor institucional do IUPERJ), com o propósito de participar de eventos acadêmicos na área de ciência política. O grau de adoção das ideias do cientista político americano pelo generalato é motivo de discordâncias: há os que postulem, pelas conversações que estabeleceram, a influência da “descompressão política” na estratégia de abertura lenta, gradual e segura (Skidmore, 1989, p. 326; Keinert, 2011, p. 73; Lemos, 2014). Há outros que não endossam esta assertiva (Pereira, 2017).

O convênio estabelecido por Cândido Mendes com a Fundação Ford ofertou a Wanderley Guilherme dos Santos uma bolsa para realizar, entre 1967 e 1970, seu doutorado nos EUA. Ele foi recepcionado por Robert Packenham, em Stanford, onde elaborou a tese *Sessenta e quatro: anatomia da crise*, com o objetivo de “(explicar) a dinâmica da competição política”, por meio de um “modelo (que) estabelece, mediante a descrição de sistemas polarizados, que uma crise de paralisia decisória torna-se o resultado mais provável do confronto político quando os recursos de poder se dispersam entre atores radicalizados em suas posições”. Precisamente, o que caracteriza, segundo ele, os anos entre 1961 e 1964 (Santos, 1986 p. 9).

Ao voltar ao país, assumiu as tarefas de construção institucional do IUPERJ: recrutou professores, ministrou cursos, organizou o periódico *Dados*, e dinamizou a instituição que atraiu pesquisadores de regiões menos centrais do Brasil (notadamente, de Minas Gerais).

Não surpreende, portanto, que em sua “história das ciências sociais brasileiras” dirija tanta atenção aos autores que estiveram próximos do Estado, e preocupados com a relação deste com a sociedade brasileira. O desencontro entre sua tomada de posição por uma *ciência da política* e os possíveis usos que seus interlocutores (militares, políticos e profissionais). Ver abaixo, “campo político e campo científico: dois princípios de percepção das evidências”).

Campo político e campo científico: dois princípios de percepção das evidências.

Em outubro de 1973, antes do anúncio do projeto de redemocratização pelo presidente Ernesto Geisel, ocorrido no ano seguinte, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos pronunciou a conferência “Estratégias de descompressão política”, para membros do ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A conferência tratou “cientificamente” de “um objetivo prático: a sugestão de alternativas ao comportamento político para a nova etapa do autoritarismo brasileiro em que se ia ingressar.” (Santos, 1978b, p. 11). O argumento sustentava que a descompressão política capaz de estabelecer um regime que comportasse o dissenso e a divergência, de modo estável, pressupunha um pacto coletivo em torno de seu regramento. Por isso, era necessário não apenas “o afastamento de distorções autoritárias (...) (como também uma) deliberada política de implantação e manutenção de uma ordem não-autoritária”(Santos, 1978b, p. 182). Dentre os ouvintes, alguns lhe saudaram, ironicamente, o tom frio e cientificista da abordagem; outros duvidaram de sua recusa em oferecer receitas políticas e as extraíram da conferência; e, por fim, houve quem sugerisse que ao afirmar que o retorno à democracia deveria ser obra de cálculo e não de espontaneísmo, o cientista político estava defendendo o regime autoritário. As reações evidenciam a dissonância dos propósitos do cientista político e das elites políticas. (Santos, 1978b, p. 165-182)

Florestan Fernandes nasceu em 1920 na cidade de São Paulo, teve uma infância modesta, com trajetória escolar regular interrompida. Já adulto, retomou de São Paulo, teve uma infância modesta, com trajetória escolar regular interrompida. Já adulto, retomou estudos. Ao ingressar na FFCL-USP, encontrou um ambiente elitizado, no qual a atividade intelectual não era praticada com a rotina do trabalho regular. Em meados dos anos 1940, era incipiente o processo que conferiria identidade a esta instituição. Ela foi resultado do desencontro entre o projeto original das elites, voltado à

formação de suas frações dirigentes, e a realização dele, que se efetivou por meio de camadas sociais modestas (Miceli, 1989). A vida intelectual regrada e contínua, de que eram portadores os professores franceses, não foi atraente para os setores da elite, mais inclinados ao feitiço mundano da vida intelectual de salões. Já para as camadas destituídas de chances de ingresso nas escolas de Direito, Medicina e Engenharia, a FFCL-USP representou uma grande oportunidade. Ao lado de alguns membros cultivados das elites decadentes, numerosos alunos com este perfil empenharam-se na construção da instituição. Camadas ascendentes, imigrantes e mulheres faziam ingressar novas condutas de trabalho e disposições cognitivas, estranhas ao diletantismo indisciplinado dos polígrafos grã-finos. Por isso, elas foram esteio social da construção de uma “dignidade” lastreada “nos pressupostos do saber científico”, exercido com a sistemática profissional (Arruda, 2001, p. 195). Florestan Fernandes consiste no caso exemplar deste processo. Em que se pesem as dificuldades de traquejo social do moço modesto, que tentou de muitas maneiras se aproximar de figuras de relevo cenário paulistano (Ramassote, 2013), seu desempenho estudantil chamou atenção de um dos mentores da instituição, que era docente nela (Fernando de Azevedo); assim como de um membro da segunda “missão francesa”, incumbido tanto da inauguração dos cursos quanto da dotação de condições autônomas de funcionamento dos mesmos, o que implica escolher pessoal para tanto (Roger Bastide).

Florestan Fernandes cursou Ciências Sociais entre 1941 e 1944; em seguida, cursou o mestrado em Sociologia e Antropologia. Tratavam-se de áreas indiferenciadas à época e de titulação acadêmica pouco usual. Sob orientação de Herbert Baldus, na escola vizinha e concorrente da FFCL-USP – a ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933), defendeu, em 1947, *A organização social dos Tupinambá*. Em 1952, quando Roger Bastide decidiu voltar à França, Florestan Fernandes foi escolhido por ele para assumir a cátedra de Sociologia I (até então, regida por Bastide). Tratou-se de um *apadrinhamento estrangeiro* que implicou, na sua ausência, dificuldades para o prosseguimento das atividades na cátedra; apesar do prestígio da escolha. A superfície social de circulação de Florestan Fernandes, entre 1947 e 1952, ilustra a indeterminação do momento que antecede esta nomeação e os conflitos desencadeados por ela.

Em 1944, ao papel de arrimo, somou-se o de pai de família, ao contrair matrimônio com Myriam Rodrigues. No ano seguinte, a convite de Fernando Azevedo, torna-se segundo assistente na cátedra de Sociologia II da FFCL-USP. Nesse ínterim, flertou com o movimento político e a efervescência cultural em São Paulo. Traduziu e escreveu uma Introdução para a *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx, a convite de seu amigo de militância trotskista, Hermínio Sachetta. Em 1951, tornou-se doutor em Sociologia, pela FFCL-USP, sob direção de Fernando de Azevedo, defendendo *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. No ano seguinte, acumulou o trabalho de assistente em duas cadeiras, pois aceitou o convite de Roger Bastide, para ser seu primeiro assistente na Sociologia I. Bastide colocou à prova a capacidade de trabalho de Florestan, convidando-o para participar da pesquisa encomendada pela UNESCO, a respeito da “democracia racial no Brasil”. Florestan demonstrou-a, energicamente. A docência foi cumprida em concomitância à montagem de uma equipe de trabalho média (para os padrões da época), com alunos do bacharelado, coletou dados em pesquisa de campo, realizou reconstituição histórica exemplar. Em meio a esta pesquisa, defendeu a tese de livre-docência, na Sociologia I, *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia*. O percurso coerente das titulações, e racionalizador do trabalho intelectual acumulado nelas, era algo inteiramente inédito (Arminda 2001, Pontes 1998).

É certo que o patriarcalismo do regime de cátedras impediria que mulheres as assumissem (Spirandelli, 2011; Silva, 2008). Por outro lado, o intenso trabalho de Florestan junto a Bastide parecia reproduzir em miniatura factual a “ordem social aberta ao mérito”, que foi idealizada pelo moço modesto, em ascensão por esforços próprios. Ao escolhê-lo para reger a cátedra, Bastide o reconhecia pelo trabalho nesta pesquisa. Não por acaso, têm-se assinalado que, ao assumir o posto, Florestan Fernandes formou a equipe mais dinâmica e coesa do cenário, revirando as posições mais ou menos estáveis dos que ainda se apraziam em praticar um estilo erudito, ensaístico e dileitante de “pensar” o Brasil. Os jovens que ele reuniu em seu entorno eram os mesmos que haviam trabalhado na pesquisa encomendada pela UNESCO. Portanto, ele conhecia as competências específicas e recursos econômicos e sociais que a reunião destes indivíduos renderia. Como Florestan Fernandes, eles se diferenciavam numa “ilha de sociologia” cercada de “literatura por todos os lados” – como disse Ruy Coelho, dando forma verbal ao estranhamento de tantos outros – como Bento Prado Jr., Antonio Candido (Pontes 1998).

As disciplinas científicas são espaços sociais (Heilbron, Gingras, 2016; Renisio 2016; Abbot, 2001), configurados segundo uma dinâmica que lhe é própria. Portanto, apresentam cenários, por vezes propícios à colaboração, por vezes tendentes à concorrência e à polarização (Gingras, Prud’homme, 2016; Fabiani, 2008). A imagem dos sociólogos ilhados pela literatura circundante exprime de modo cabal os perfis opostos dos grupos de produtores simbólicos no microcosmo paulista. De um lado, os membros decadentes, cujo capital cultural foi adquirido no ambiente familiar, inclinados à crítica cultural e à literatura. De outro, as camadas ascendentes, dotadas de competências conferidas pela própria instituição, úteis cientificamente, mas de pouco valor simbólico, postas sob a suspeita de filistinismo (Rodrigues 2011, p. 452; Pontes, 1998). Estes últimos convergiam para a cadeira de Florestan Fernandes.

A Sociologia I, isolada e destituída do suporte e do apoio das elites mentoras da instituição, só sobreviveria com a contratação deles e a manutenção das pesquisas iniciadas anteriormente. Foi com este objetivo que o sociólogo se inseriu nas comissões da FFCL-USP e elaborou textos criticados por Wanderley Guilherme dos Santos (abaixo, “Providências de um jovem regente na periferia da malha social”).

A construção de si próprio, da jovem disciplina e da instável instituição se confundiram desde que assumiu a regência da cátedra em 1954. No momento em que Candido Mendes e Wanderley Guilherme dos Santos empenham-se na construção do IUPERJ, o ocaso do projeto de Florestan Fernandes é incontornável. As tentativas de blindar o espaço que havia construído deram origem a numerosos conflitos interpessoais junto a outros catedráticos e aos membros de sua própria equipe (Romão, 2006). Em 1969, Florestan Fernandes foi aposentado compulsoriamente pela ditadura civil-militar e passou a amargar a experiência anterior. Efetivamente, a reconfiguração da morfologia institucional das ciências sociais, eliminou-o da prática delas, relegando a posições dominadas e voltadas apenas ao ensino (Rodrigues, s/d). Tomar parte no cenário de expansão das ciências sociais não implicaria somente a incorporação de novos aportes teóricos e metodológicos. As incontornáveis negociações com omecenato filantrópico estrangeiro e com frações do generalato dirigente, tão habilmente realizadas pelo patronato da “geração 68”, eram-lhe simplesmente impossível. Nos anos 1970, quando ele foi “eleito” alvo das críticas do cientista político carioca, suas atividades estavam orientadas para um espaço de intersecção entre ciência e política, situando-se num ponto duplamente dominado destes dois âmbitos (Rodrigues, 2010). O perfil sociológico do conjunto de seus vínculos no período compreendido entre 1969 e 1986,

realça a ampliação da distância tomada no espaço social dos membros das elites políticas e intelectuais⁵.

Vale sistematizar sumariamente a comparação dos dois casos – Wanderley Guilherme dos Santos e Florestan Fernandes.

Em similaridade, encontram-se os flertes com o pólo político radical no início das trajetórias, a tomada de posição nas disciplinas, caracterizada pela defesa do universalismo e do ponto de vista autônomo. Os percursos sociais, em que se pesam nuances do ponto de partida, apresentam a ascensão viabilizada por meio dos esforços e da ética do trabalho dirigida ao âmbito científico. Florestan Fernandes figura como o expoente da Sociologia paulista, que estabelece o trabalho profissional como métrica de avaliação para o conjunto dos praticantes da disciplina no Brasil – na primeira fase de institucionalização disciplinar. Wanderley Guilherme dos Santos realiza o trabalho equivalente, na Ciência Política, guardando-se as devidas particularidades da segunda fase da institucionalização das ciências sociais. Ademais, ambos apresentam ao longo da trajetória, concepções “demiúrgicas” de intelectual (Keinert, 2011, p. 200).

As linhas definidoras dos dois retratos indicam nitidamente o paralelo que os torna similares em termos de direção disciplinar e científica; e opostos em termos de condições de realização dela. A relação com as elites dirigentes, mentoras das instituições e disciplinas, das quais ambos são patronos, determina que um se faça sob o signo do enraizamento, que compensa o não pertencimento inicial a elas, eo outro, do desterro, que reforça a origem social estranha. Enquanto o cientista político carioca conta com o patronato nacional (Santos /Mendes) como alavanca e suporte da circulação internacional (nos EUA); o sociólogo paulista depende fortemente do reconhecimento estrangeiro (Bastide) para lhe garantir um posto de trabalho local (cátedra de Sociologia I).

No caso de Wanderley Guilherme dos Santos, o perfil da produção intelectual, a versão da “história das ciências sociais brasileiras” e sua carreira profissional caracterizam-se por rara articulação entre elementos da tradição nacional e da inovação requerida pelas transformações modernizantes. No que tange à produção intelectual, ele articulou duas vertentes raramente praticadas pelo mesmo indivíduo. De um lado, o estilo americanizado de ciência política – com modelização, matematização e demonstrações empíricas rigorosas. De outro, o estilo erudito e ensaístico da tradição brasileira, cujo valor no mercado das trocas simbólicas permanece alto⁶. No tange à história das ciências sociais brasileiras, ele reivindicou a recuperação da dignidade, valor e peso de autores que não produziram suas obras sob regime de trabalho científico institucionalizado. Recusou a periodização que cindia a ciência social institucionalizada

⁵ Entre a aposentadoria compulsória e o ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT), em 1986, Florestan Fernandes passou três anos no Canadá – ao passo que seus pares ou se dirigiam aos EUA e Europa ou trabalhavam no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Durante os anos 1970, ele trabalhou em editoras (coordenou a coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Editora Ática; a coleção *Pensamento Socialista*, da Editora Hucitec; animou os periódicos *Debate* e *Crítica e Contexto*). Foram esporádicas as atividades de docência, na PUC-SP (onde, em 1977 e 1978, ofereceu um curso sobre a revolução cubana). Contribuiu com periódicos – oficiais e “alternativos” – como *Leia Livros*, *Voz da Unidade*, *Nova Escrita Ensaio*, *Opinião*, *Movimento*, *Senhor*, *Senzala*, *Folhetim*. A partir de 1983, escreveu periodicamente na *Folha de S. Paulo*. Foi eleito duas vezes como deputado federal, pelo PT – ao qual se filiou com o intuito precípuo de participar da elaboração da Constituinte (Rodrigues, 2010).

⁶ Os títulos de alguns livros ilustram cabalmente esta combinação: empirismo e demonstração rigorosa de um lado e, de outro, erudição filosófica, ensaísmo político, referências literárias: *O paradoxo de Rousseau* (2007); *Paradoxos do liberalismo* (1999); *Dois escritos democráticos de José de Alencar* (1991); *Discurso sobre o objeto: uma poética do social* (1990); *Crise e castigo* (1987); *Kantianas brasileiras* (1984).

da que a precedeu. Do mesmo modo que suas pesquisas e seus livros, empenhou-se em articular o antigo e o novo. Estas inclinações são indissociáveis do terceiro elemento. No que tange à carreira, ele encontrou no esteio social dos herdeiros da elite dirigente, o apoio que viabilizou seu ingresso no segmento intelectual das mesmas. O patronato de Candido Mendes foi decisivo na fase em que sua trajetória passava de uma fase de indeterminação, em que os possíveis rumos dela permaneciam abertos e incertos, à de determinação, na qual eles se encerraram. Além disso, o perfil de internacionalização do patronato institucional (Candido Mendes) e dos cientistas políticos (para os quais, o caso de Wanderley Guilherme dos Santos é paradigmático) distingue-se do paulista. Enquanto em São Paulo, as elites opinaram pela importação dos quadros estrangeiros; no Rio de Janeiro, foi possível, em função da conjuntura da Guerra Fria, aproveitar-se de recursos econômicos estrangeiros e exportar os quadros brasileiros, como estudantes de doutorados. Arrisca-se afirmar que esta maneira de lidar com a cultura científica estrangeira impacta a visão que se tem da excepcionalidade brasileira. Quanto mais intensa a circulação internacional e os mecanismos de troca recíprocos, menos inclinado o cientista social a tratar o Brasil como caso excepcional de modernidade. O inverso ocorre na produção dos cientistas sociais em São Paulo, cidade menos voltada ao duplo vetor do intercâmbio (exportação-importação) e mais inclinada à importação de estrangeiros-docentes.

No caso de Florestan Fernandes, a produção científica, a narrativa da história das ciências sociais brasileiras e sua carreira profissional caracterizam-se por rupturas constantes com elementos oriundos da tradição. No que tange à produção intelectual, enquanto o ensaísmo e a crítica cultural e literária vicejavam, ele foi o expoente inicial da defesa da articulação coerente entre teoria social, métodos e demonstração empírica. Nesta defesa, seguia parcialmente as orientações dos estrangeiros com os quais trabalhou no Brasil (Balduz e Bastide). Tanto sua formação ocorre inteiramente em São Paulo, como impôs como regra à sua equipe: ela sairia para circular internacionalmente apenas *depois* do doutorado; e, ainda assim, sob advertências escritas de sua parte (Arruda, 2001). No tange à história das ciências sociais brasileiras, a eleição da divisa “pré” e “pós” instituições indica a percepção de que trajetórias como a sua dependem delas e do que adotou como meio sociológico pressuposto para o desenvolvimento delas. Poderia ser diferente? Seu caso parece ser o inverso do observado na ciência política carioca, em que a camada ascendente foi prevista como agente do projeto institucional. Como sublinhou-se, o ingresso destas camadas em descenso, no interior da FFCL-USP, estava em dissonância com as expectativas que animava as elites mentoras. Os professores estrangeiros, em contrapartida, com aguda percepção da ambiguidade, sabiam-se contratados por indivíduos que não garantiriam a sistemática do trabalho intelectual (Maugué 1982; Lévi-Strauss, [1955] 2007); e alguns, como Bastide, entravam em afinidade com o *ethos* do trabalho dos plebeus. Assim, no que tange à carreira, Florestan Fernandes não gozou do esteio permanente dos herdeiros da elite dirigente, e construiu o seu próprio dirigindo-se aos alunos que conseguiu reunir (Rodrigues, 2011, p. 457). O patronato inicial de Fernando de Azevedo, a amizade de Antonio Candido, a admiração de Bento Prado Jr. não desempenharam papel equivalente ao de Candido Mendes para a fase inicial da carreira de Wanderley Guilherme dos Santos. E nada mais equivocado do que supor que se tratasse de problemas interpessoais: os membros da elite próximos de Florestan Fernandes simplesmente não dispunham das posições de mando, do acesso ao aparelho de Estado, do capital social e político que confere fisionomia inconfundível ao empreendimento de Candido Mendes no IUPERJ – arranjo típico da cidade do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

A vida urbana e a vida do espírito – em termos culturais amplos e científicos em particular – apresentam nexos diversos cuja sondagem tem sido profícua (Peixoto, Gorelik, 2016; Charle, 2012; Ginzburg, Castelnovo, 1981; Eksteins, 2001; Schorske, 1989; Morse, 1990; Carvalho, 1994; Pontes, 2003; Arruda, 2001).

Este trabalho tratou da rivalidade entre duas cidades, dos recursos de suas respectivas elites, da criação de instituições científicas na origem de duas disciplinas concorrentes e das condições objetivas da prática das mesmas. Esta última dimensão foi desenvolvida pela análise vertical das trajetórias de Wanderley Guilherme dos Santos e Florestan Fernandes. O artigo colocou em paralelo de duas trajetórias ascensionais como pivôs do estabelecimento de instituições em que Ciência Política e Sociologia foram abrigadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Quanto às escalas geopolíticas, o trabalho empenhou-se em articular o âmbito nacional, regional e internacional, de modo palpável, por meio da caracterização dos interesses e das alianças dos agentes, orientadas àqueles níveis. O cosmopolitismo *imaginário* de São Paulo – que decreta o país como exceção nos quadros modernos, pois importa estrangeiros – se opõe ao cosmopolitismo *prático* do Rio de Janeiro – pois aí importação e exportação se articulam. Nesta cidade, o duplo intercâmbio (exportação / importação) é rotinizado como herança do período em que foi capital política e atraía empreendimentos estrangeiros de toda ordem. Daí a representação do país dos cientistas sociais formados em instituições com sede carioca acentuarem menos os aspectos da excepcionalidade brasileira inclinarem-se ao nacionalismo.

Vale assinalar que o período da Guerra Fria, particularmente, merece mais atenção no que tange a estas escalas. Os empreendimentos institucionais em âmbito continental, como a Cepal, entrelaçaram a concorrência política e intelectual entre os países e a vida metropolitana da capital em que foi sediada, Santiago do Chile (Cáceres, 2016; Beigel, 2016). Sublinhe-se, por fim, que a experiência dos agentes – elites políticas, mentoras institucionais; e camadas plebeias, mentoras intelectuais – de que se tratou acima não parece consistir numa anomalia. Ao contrário, ela equivale à de outros grupos e agentes cujo pioneirismo e inovação se fizeram na tensão entre os trunfos intelectuais específicos de que eram dotados e a defasagem das posições titubeantes que ocupavam no espaço social e político – tanto no âmbito da ciência, quanto no âmbito das artes (Elias, 2011, p. 23-63; Bourdieu, 2013, 1998; Joly, 2017; Heilbron, 1991).

Referências

- Abbot, A. (2001). *Chaos of disciplines*. Chicago: Chicago University Press.
- Abreu, A., Beloch, I. (2010). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro –pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- Almeida, M. H. T. (1987). “Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964)”. *Boletim Informação bibliográfica*, 24, 41-60.
- Arruda, M. A. N. (2001). *Metrópole e cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru/São Paulo: Edusc.
- Baxandall, M. (2006). *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Beigel, F. (2016). “El nuevo carácter de la dependencia intelectual”. *Cuestiones de Sociología*, 14, 1-17.
- Bourdieu, P. (1984). *Homo academicus*. Paris: Minuit.
- _____. (1989). *La noblesse d’État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Editions de Minuit.

- _____. (1998). *Les Règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil.
- _____. (2013). *Manet. Une révolution symbolique*. Paris: Seuil.
- Bustamante, M. (2014). *L'UNESCO et la culture: construction d' une catégorie d'intervention internationale, du 'développement culturel' à la 'diversité culturelle'*. Tese de doutorado (Sociologia). EHESS.
- Cáceres, G. (2016). "Santiago de Chile. La capital de la izquierda". In. Peixoto, F. A., Gorelik, A. *Ciudadessudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Canedo, L. (2009). « Les boursiers de La Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes ». In. *Cahiers de la recherche sur l' éducation et les savoirs, hors –série*, n. 2.
- Cardoso, I. (1982). *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez.
- Carvalho, M. A. R. (1994). *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Charle, C. (2012). *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. Schriewer, J.; Wagner, P. (2004). *Transnational Intellectual Networks*. Chicago Press.
- Dezalay, Y; Garth, B.(2002). *La mondialization des guerres de palais*. Paris, Seuil, 2002.
- Elias, N. (2011). *O processo civilizatório*, v. 1, pp. 21-63. Rio de Janeiro: Zahar.
- Eksteins, M. (2001). *A sacração da primavera*. São Paulo: Rocco.
- Fabiani, J-L. (2006). « À quoi sert la notion de discipline ? ». In. Boutier, J., Passeron, J-C, Revel, J. (orgs). *Qu'est-ce qu'une discipline?* Paris : EHESS.
- Fernandes, Florestan. (1977). "Ciência e sociedade na evolução do Brasil" (1956). In. *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- _____. (1977b). "Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil" (1956). In. *A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- _____. (2008) [1964]. *A integração do negro na sociedade de classes, vol. II*. São Paulo: Globo.
- Forjaz, M. C. S. (1997). "A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35), s/p.
- Garcia Jr., A. (2012). «La circulation des élites et le marché mondial de la coopération scientifique: le cas du Brésil ». In. Gheorghiu, M. (2012). *La mobilité des élites: reconversions et circulation internationale*. Iasi, Editura Universitatii.
- _____. ; Attencourt, B. (2015). «Compétition pour la suprématie culturelle et stratégies internationales des élites intellectuelles ». In Siméant, J. (dir.). *Guide de l' enquête globale en sciences sociales*. Paris: Éditions du CNRS.
- Gingras, Y. (2002). « Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique ». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 142, 31-45.
- _____. Prud'Homme, J. (2016). « Les collaborations interdisciplinaires: raisons et obstacles ». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 210, 40-49.
- _____. Heilbron, J. 2016. «La résilience des disciplines». In. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 210, 4-9.
- _____. (2009). "L'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006)". In: Sapiro, G. (ed.). (2009). *L'espace intellectuel em Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation XIX eme-XX eme siècles*. Paris: La Découverte, 359-388.

- Ginzburg, C ; Castelnuovo, E. (1981). «Domination symbolique et géographie artistique [dans l'histoire de l'art italien]». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 40, 51-72.
- Gremion, P. (1998). « The Partnership between the Ford Foundation and the Congress for Cultural Freedom in Europe”. In: Gemelli, G (ed.). (1998). *The Ford Foundation and Europe (1950's-1970's). Cross-fertilization of Learning in Social Science and Management*. Brussels: European Interuniversity Press.
- Heilbron, J. (1991). « Pionniers par défaut ? Les débuts de la recherche au Centre d'études sociologiques (1946-1960) ». *Revue française de sociologie*, (32)3, 335-379.
- _____. (2002). «Echanges culturels transnationaux et mondialisation: quelques réflexions». *Regards sociologiques*, 22, 141-154.
- _____. (2014). « The Social Sciences as an Emerging Global Field ». *Currents sociology*, (5) 62, 685-703.
- _____. (2008). «Qu'est-ce qu'une tradition nationale en sciences sociales?». *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 18, 3-16.
- _____. ; Bokobza. (2015). “Transgresser les frontières en sciences humaines et sociales en France”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 210, 108-121.
- Jackson, L. C. (2017). « Histórias das Ciências Sociais Brasileiras ». In: Miceli, S. Martins, C. B. (ed.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia: Ateliê.
- Joly, M. (2017). *La révolution sociologique. De la naissance d'un régime de pensée scientifique à la crise de la philosophie (XIXe-XXe siècles)*. Paris: La Découverte.
- Keinert, F. (2011). *Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP.
- Lebaron, F. (2016). «Les élites européennes comme champ(s)». *Cultures&Conflits*, n. 102, 121-147.
- Lefebvre, J. P. (1990). “Les professeurs français des missions universitaires au Brésil (1934-44).” *Cahiers du Brésil Contemporain*, 12, s/p.
- Lemos, R. (2014). “A conexão Harvard e a política de descompressão”. *Tempos Históricos*, 18, 559-590.
- Lévi-Strauss, C. [1955] 2007. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Limongi, F. (2001). “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In.: Miceli, Sérgio. (ed.). *História das Ciências Sociais no Brasil, v. 1*. São Paulo: Sumaré.
- _____.; (2016). Tavares, M. H. T. “Da sociologia política ao neoinstitucionalismo”. In: Avritzer, L., Milani, Socorro, M. (ed.) (2016). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. São Paulo: FGV.
- Maia, J. M. E. (2017). “História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro”. *Hist. cienc. Saúde-Manguinhos* (online), 24 (1),
- Loureiro, M. R. (1997). *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: FGV.
- Maio, M. C. (1999). “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 41 (14).
- Maugué, J. (1982). *Les dents agacées*. Paris : Buchet/Chastel.
- Martinière, G. (2005). «Encore quelques remarques à propos des missions françaises». Martins, C. B. (ed.). *Dialogues entre le Brésil et la France. Formation et coopération académique*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- Miceli, S. (1989). “ Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais”. In: Miceli, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.

- _____. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Morse, R. (1990). "Economia manchesteriana e sociologia paulista". In: Richard Morse. *A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Oliveira, L.L. (1995a). *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____. (1995b). "As ciências sociais no Rio de Janeiro". In: Miceli, S. (ed.). *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol 2*. São Paulo: Sumaré.
- Peixoto, F., Gorelik, A. (2016). *Ciudadessudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Pereira, A. (2017). "Samuel P. Huntington and "Decompression" in Brazil". Oral communication in Brazil, 05/2017 (Institute of international Relations/Universisty of São Paulo).
- Petitjean, P.(1996). "Entre a ciência e a diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900-1940". In: Hamburger, A. I.; Dantes, M. A., Paty, M.,Petitjean, P. *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- Peixoto, F. (2001). "Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)". Miceli, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo:Sumaré, vol. 1.
- Pontes, H. (2003). "Cidades e intelectuais: os "nova-iorquinos" da *PartisanReview* e os "paulistas" de *Clima* entre 1930 e 1950". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (18) 53, 33-52.
- _____. 1998. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Reis, F. W.(2016). "HuisClos no Chile e ciência política no Brasil. In Avritzer, L., Milani, Socorro, M. (ed.) (2016). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. São Paulo: FGV.
- Renisio, Y. (2016). «L'originesociale des disciplines». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 210, 10-27.
- Ramassote, R. (2013). *A vida social das formas literárias*. Tese de doutorado. Unicamp.
- Ridenti, M. (2014). *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2ª ed.
- Romão, W. M. (2006). *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo: Humanitas.
- Rodrigues, L. S. (2011). *A produção social do marxismo universitário em São Paulo (1958-1978)*. Tese de doutorado. FFLCH-USP.
- _____. (2010) *Florestan Fernandes: interlúdio*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (2016) "Marx em três tempos de Florestan". *Dois pontos*, (13) 1, 89-109.
- _____. s/d (no prelo). "Centralidade de um cosmopolitismo periférico". Aprovado para publicação.
- Santos, W. G. (2011). *Depoimento*. FGV: 36p. On line at: <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/historico> Accessed September 06, 2017.
- _____. (1967). "A imaginação político-social brasileira". *Dados*, 3, 182-192.
- _____. (1970). "Raízes da imaginação política brasileira". *Dados*, 7, 137-161.
- _____. (1978a). "Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira". In. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades.
- _____. (1986). *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice.
- _____. (1978b). *Poder e política. Crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Skidmore, T. (1989). *Brasil: de castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Sapiro, G. (2013). «Le champst-ilnational?». In. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 200, 70-85.
- Schorske, C. (1989). *Viena Fin-de-siècle - Política e Cultura*. São Paulo, Cia das Letras.
- Sigaud, L. (2007). “Doxa e crença entre os antropólogos”. In. *Novos Estudos Cebrap*, 77: 129-152.
- Silva, D. P. (2008). “Da política à ciência política, da ciência política à política: a trajetória acadêmica de Paula Beiguelman (1949-1969)”. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP.
- Spirandelli, C. C. (2011). *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. São Paulo:Humanitas.
- Suppo, H. (1999). *La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Thèse Doctorat. Paris III.
- Wagner, A. C., Réau, B. (2015). «Le capital international : un outil d’analyse de la reconfiguration des rapports de domination». In. Siméant, J. (ed.). *Guide de l’enquête globale en sciences sociales*. Paris: Éditions du CNRS.